

PAUPERCULA DOMO, A METRÓPOLE, A MEMÓRIA E NOSSAS ORIGENS

Maria Aparecida Lacerda Duarte Weber

Resumo: *Breve sequência da vida atribulada do Pátio do Colégio, núcleo inicial da metrópole de São Paulo.*

Abstract: *Concise sequence of the obstinate life of Patio do Colégio, primitive site in San Paulo's metropolis.*

Situados em um planalto distante da primeira cidade brasileira, a litorânea São Vicente, dois rios formavam uma mesopotâmia: o rio Tamanduateí e o rio Anhangabaú. No tempo das chuvas, as regiões ribeirinhas se enchavam e distante delas havia uma colina protegida das águas.

Quando Portugal decidiu ocupar as terras brasileiras ameaçadas pela cobiçosa presença de traficantes europeus, Martin Afonso de Souza foi enviado para o litoral sudeste e lá fundou o primeiro município brasileiro: São Vicente, em 22 de janeiro de 1532. Tinha início a colonização.

A Igreja Católica, em pleno movimento da Contra-Reforma, buscava sequiosamente se expandir. As terras brasileiras recentemente incorporadas ao reino português acenavam como celeiro farto de almas a espera de redenção. Coube à rigorosa e culta Companhia de Jesus, fundada por Ignacio de Loyola, vir ao Brasil ao encontro dos índios que seriam, por eles, catequizados.

Entre eles havia inatos mecânicos, construtores, carpinteiros, ferreiros e agricultores e essas habilidades foram usadas na construção de São Vicente e de São Paulo. Coube aos índios Tupi Os jesuítas eram habilidosos e exerciam muitas funções, além da auxiliar aos jesuítas nessas obras históricas. Os primeiros jesuítas que vieram ao Brasil em 1549 eram liderados por Manoel da Nóbrega; vinham trabalhar durante o governo de Tomé de Souza. Eram eles: João de Aspicuelta Navarro, Leonardo Nunes, Antônio Pires, e dois irmãos leigos: Diogo Jacome e Vicente Rodrigues. Em 1550 vieram os padres Afonso Brás, Francisco Pires, Manoel de Paiva e Salvador Rodrigues. Em 1553, com o governador Duarte da Costa, vieram os padres Luis da Grã, Ambrosio Pires e os irmãos João Gonçalves, Antônio Blasques, Gregório Serrão e José de Anchieta.

O Brasil ainda estava na Idade da Pedra e os jesuítas tiveram grandes dificuldades para viver naquela terra distante da Europa civilizada. Eles muito ensinaram e muito aprenderam. Sua vida era norteadada por árduo trabalho e grande pobreza. Tudo estava por ser feito.

Manoel da Nóbrega fundou em São Vicente o primeiro centro catequético destinado aos índios do litoral, então ocupado por portugueses.

Uma grande serra se apresentava como uma muralha difícil de ser transposta; esse imponente obstáculo parecia desafiar o espírito evangelizador jesuíta que ambicionava pescar almas para além do litoral.

Não havia caminhos abertos, mas sim uma pequena e complicada trilha indígena ligando a baixada e o planalto. Buscando lugares possíveis, embora difíceis, contornando obstáculos irremovíveis, uma estreita passagem permitia que, um de cada vez, em fila, os índios subissem e descessem a Serra do Mar, com mais de 750 m de altitude. Era arriscada tal viagem.

Doutorado em Direito Can nico em Coimbra, Manoel da Nóbrega, ingressou na Companhia de Jesus em 1544. No Brasil, trabalhou durante vinte e um anos. Viera para c  aos trinta e dois anos de idade e aqui faleceu com cinquenta e oito anos, em 18 de agosto de 1570, no Rio de Janeiro. Trabalhou na Bahia e em Pernambuco, tendo fundado colégios para meninos. Foi para São Vicente e l  também fundou um colégio para meninos. O planalto o desafiava no litoral paulista. Enfrentou o desafio, subiu a serra e, no planalto, plantou a semente que iria germinar e dar bons frutos: reuniu cinquenta meninos indígenas, entregou-os a José de Anchieta para catequizá-los e indicou o local adequado para que uma casa para meninos fosse erguida. Alea jacta est.

Era 29 de agosto de 1553 e os catecúmenos iriam ser bem preparados para iniciar uma vida cristã. Através deles, viriam seus pais, mães e familiares também receber orienta o cristã. Era um projeto audacioso e que dispunha de poucos recursos além da f , da sólida forma o jesuíta e sua determina o.

Auxiliados pelos índios, da aldeia de Piratininga e liderados pelo cacique Tibiri , os jesuítas deram início   sua missão. Usando a matéria prima encontrada naquela colina, entre os rios Tamandateí e Anhangabaú, construíram uma casinha singela, uma choupana feita com barro e coberta com folhas de palmeiras. Tinha apenas quatorze passos de comprimento e dez passos de largura. Teve, inicialmente, múltiplos usos: era usada como escola religiosa para os curumins, servia como enfermaria, cozinha, dormitório, dispensa e igreja.

Durante dois anos ela assim permaneceu e foi descrita por José de Anchieta, como a “pobre casinha” (Paupercula Domo). Responsável pela educa o dos indiozinhos, Anchieta sempre escrevia para os superiores da

Companhia de Jesus, em Portugal. Foi através dessa correspondência que pudemos conhecer como foram vividos os primeiros anos no Planalto de Piratininga, berço natal da grande metrópole que hoje, século XXI, conhecemos. Foi também através dessa correspondência que obtivemos notícias sobre a terrível trilha indígena que unia, naquela metade do século XVI, São Vicente, na baixada litorânea e São Paulo, no planalto. Dessa trilha, disse: "... Piratininga está dez a doze léguas pelo sertão e terra a dentro. Vão lá por umas serras tão altas que dificultosamente podem subir nenhuns animais, e os homens sobem com trabalho e às vezes de gatinhas para não despencarem-se e por ser caminho tão mau e ter ruim serventia padecem os moradores e os nossos grandes trabalhos".

Tantas vezes Anchieta utilizou esse terrível caminho que este recebeu o nome de Caminho do Padre José.

O padre Manoel de Paiva celebrou, nesta paupercula domo, a missa inaugural dos trabalhos jesuíticos no planalto de Piratininga. Era 25 de janeiro de 1554, dia da Conversão de São Paulo, cujo nome foi atribuído depois à cidade que nasceria no entorno daquela singela construção.

Em 1556, após dois anos de trabalhos realizados naquele espaço exíguo, os jesuítas, auxiliados pelos índios, ergueram uma igreja também modesta, feita com barro. Cumpria-se a promessa que o padre jesuíta Leonardo Nunes fizera após conhecer o planalto de Piratininga. Neste, os jesuítas estariam mais próximos dos índios aos quais pretendiam educar, instruir e evangelizar. Manoel da Nóbrega aprovou a sugestão de Nunes de se fixar no planalto, onde o clima era mais suave que o de São Vicente. Era o lugar ideal para uma Escola de meninos. Estava pronta a pequenina igreja do Senhor Bom Jesus que até 1640 permaneceria com os jesuítas em sua missão catequética.

É evidente que uma construção modesta, durante os oitenta e quatro anos passados em meio aos seus jesuítas, sofreu a ação do tempo e passou por reparos. (1556-1640).

Distante de São Vicente, isolado no planalto, onde o clima frio era bem aceito pelos padres, aquele núcleo religioso enfrentou grandes desafios e venceu.

Em 1640, como resultado de um choque de objetivos contrários, os jesuítas foram expulsos do Planalto de Piratininga. Esses religiosos viam os índios como seres humanos bons, em sua maioria, mas sem os costumes civilizados dos europeus. Seriam por eles educados e cristianizados. Com esse objetivo, os jesuítas eram contra o aprisionamento e a escravização dos índios, praticados pelos bandeirantes entradeiros paulistas. Com apoio político, liderados por Braz Rodrigues de Arzão, os paulistas expulsaram os jesuítas. O colégio e a igreja ficaram abandonados e ruíram.

Passados treze anos (1640-1653) a situação se acalmou e os jesuítas voltaram ao planalto de Piratininga, em 1653. a partir dessa data, durante quase um século, reconstruiriam, de forma melhor, o Colégio e a Igreja.

Em 1667, foi reconstruída a igreja feita com taipa de pilão; essa terceira igreja jesuíta, no futuro Pátio do Colégio. Chegaria maltratada, até 1897. O Colégio reconstruído em 1653, também feito com taipa de pilão, tinha tamanho maior e algumas modificações, para melhorá-lo. Já havia então uma soleira feita com pedras e uma pesada e rústica porta, entalhada lentamente durante dez anos (1653-1663). Em 1683, a torre foi reconstruída de forma mais artística.

Em 1745, um edifício novo foi acrescentado, em ângulo, com o Colégio. Seria para residência dos padres.

Em 1759, o poderoso Marquês de Pombal, expulsou a Cia. de Jesus de Portugal e confiscou-lhe os bens incinerando muitos pertences daquela Ordem religiosa. Os efeitos negativos desse ato chegaram no Brasil e, em 1760, os jesuítas também foram expulsos do Brasil e tiveram seus bens confiscados. Em 1765, o governo provincial se aproveitou do fato e transformou o Colégio jesuíta em sede governamental. Essa situação iria perdurar até 1870. O Pátio passou a se chamar Largo do Palácio; neste se realizavam eventos cívicos e culturais. Ficou cercado por outras construções.

Em 1766, o governo provincial providenciou reformas no antigo colégio jesuíta, pois havia falta de espaço e difícil circulação de ar no interior do edifício. Essas mudanças não somente descaracterizaram a antiga construção como danificaram as paredes internas, de taipa.

Tratava-se então do Palácio dos Governadores e não mais de um colégio.

A Área do antigo Colégio e Igreja jesuítas tornou-se, durante o século XVIII, uma propriedade do governo provincial.

O século XIX trouxe grandes mudanças para Portugal e para o Brasil. Portugal sofria as pressões da Inglaterra e da França Napoleônica o que forçaria a mudança da sede do governo imperial português para o Brasil. Nesse contexto de mudanças, nosso país se emanciparia da metrópole lusa e a cidade, que se formara no entorno do centro jesuítico, no planalto de Piratininga, se tornara uma cidade que crescia e se enriquecia com a cultura cafeeira e depois com suas indústrias.

As mudanças atingiram também muitos ícones históricos, que se tornariam tradicionais e respeitáveis no exterior, mas que no Brasil eram motivo de vergonha: eram pobres e feios. Sem ter ainda consciência do valor de seu passado colonial do qual se libertaram, queriam apagá-lo. Exigiam grandes demolições dos casarões de taipa.

A volta ao Brasil em 1881 do grande engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, formado na Bélgica, famoso e competente, propiciou a elaboração de um projeto moderno para o Pátio do Colégio. Ele foi convidado para embelezar São Paulo.

Em 1881, foi demolida a construção anexada ao Colégio em 1745 e a fachada do antigo Colégio jesuíta foi totalmente reformada.

Em 1886, foi demolido o antigo Colégio, dele restando apenas parte de uma parede interna, nos fundos; ela era ainda de taipa. Essa relíquia chegaria, protegida, até o século XXI, para alegria de alguns.

Em 1891, estava pronto o novo edifício destinado ao Palácio do Governo; feito de tijolos e planejado por Ramos de Azevedo. Foi por todos aplaudido. Também um belo edifício, para os Correios, tinha sido concluído, em 1888. Também fora iniciada a construção do Palácio do Tesouro (futura Bolsa de Mercadorias).

Entusiasmado, o governo provincial decretou, no ano de 1891, que aquela praça era patrimônio do Estado. A Diocese, descontente com a perda da área, que fora da Cia de Jesus, entrou em litígio com o governo e, por cinco anos, recorreu para manter a posse do espaço disputado. Quando o litígio terminou em 1896, um forte temporal derrubou o telhado da igreja e comprometeu a velha construção.

Em mau estado, em 1897 a igreja foi demolida e dela restou apenas o torreão que fora reconstruído em 1683.

Há mais de dez anos o governo aprovara o orçamento destinando verbas para as reformas da praça. (1886).

Nada mais lembrava os tempos de Anchieta.

Quando o século XIX terminou, para felicidade futura dos paulistas, conscientes do valor do passado de sua cidade e do seu estado, havia algumas pinturas feitas por viajantes europeus que tiveram a sensibilidade de retratar o Pátio do Colégio. Temos as obras de Thomas Ender (1818), Jean Baptiste Debret (1827), William Burchell (1827), Miguel Arcanjo Benício Dutra (1847), Johann Jakob Von Tschud (1861). Militão Augusto de Azevedo (1860) que fotografou o Pátio do Colégio.

Na transição do século XIX para o século XX, durante o governo do presidente da República do Brasil (1898-1902), Manoel Ferraz de Campos Sales, paulista da cidade de Campinas, foi planejada a construção de um novo Palácio do Governo, projetado por Ramos de Azevedo.

O histórico Pátio do Colégio tornava-se uma “praça cívica”.

Durante os anos 20, do século XX, o Pátio foi de tal forma ignorado, que teve seu nome trocado por outro: Praça João Pessoa, em uma homenagem ao presidente paraibano que fora assassinado. Em 1930, o artista italiano Amadeo Zani elaborou um monumento em homenagem aos fundadores de São Paulo o qual foi colocado no centro da Praça.

Não havia artistas paulistas?

O ano de 1932 trouxe mudanças para São Paulo. Desejosos de possuir novamente uma Constituição e o perdido prestígio político, os paulistas se rebelaram contra o governo getulista. Perderam a luta mas, obtiveram a Constituição e a possibilidade de um crescimento político ainda que não imediato.

No levante de 1932 ascendeu o espírito cívico paulista e um grupo de idealistas voltou seus interesses às suas raízes históricas.

Exigiram a volta do nome anterior ao Pátio do Colégio, fizeram retirar a placa deslocada do contexto da história paulista e desejaram dar ao Pátio sua feição primitiva. Queriam reconstruir o berço de sua cidade. Para obter seus ideais criaram, em 1938, uma campanha cívica e para sensibilizar as autoridades, organizaram, em 1945, um belíssimo álbum sobre São Paulo e conseguiram uma lista com 4.000 assinaturas que revelavam o anseio do povo paulista.

Nos anos 40 do século XX, tiveram início os projetos destinados ao Pátio do Colégio. Era diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura de São Paulo, o engenheiro-arquiteto Carlos Alberto Gomes Cardim. Ele dirigiu os primeiros estudos sobre a situação do Pátio do Colégio. Era preciso que fosse demolido o Palácio do Governo que ocupava o lugar da antiga igreja jesuíta e era preciso devolver as terras aos jesuítas. Muitas críticas e pressões contrárias a essas necessidades dificultavam a elaboração de um projeto que respeitasse o modelo antigo registrado por artistas e fotógrafos no século XIX.

Em 1905 e em 1920, Guilherme Gaensly publicou fotos da praça cívica embelezada por Ramos de Azevedo. Cartões Postais exibiam a bela praça que era harmoniosa e moderna, mas que em nada lembrava o Pátio do Colégio jesuíta dos séculos XVI e XVII. Ninguém o criticou nem obstaculizou.

Muitos eram contra a volta ao passado.

Descontente, Gomes Cardim, em 1949, apresentou um projeto audacioso que, propunha erguer a igreja em outro lugar, já que o Palácio não iria ser demolido e dar à praça uma configuração diferente da original.

Foi criticadíssimo e então explicou que sua intenção fora exatamente despertar a opinião pública e as autoridades para as contradições que vinham apresentando e que impossibilitavam a execução de qualquer obra.

Em 1953, o Palácio do Governo foi demolido e seu espaço foi devolvido aos jesuítas. Nesse ano, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho, que não mais dirigia o Departamento de Urbanismo da Prefeitura de São Paulo, convidado pelas autoridades para se responsabilizar pelo projeto de reconstrução do Pátio do Colégio, deu continuidade aos estudos iconográficos e descritivos das obras originais jesuíticas naquele espaço urbano.

Em 21 de janeiro de 1954, ano do IVº Centenário de fundação da cidade de São Paulo, o governo municipal promulgou a Lei Municipal nº 2658 que concedia aos jesuítas uma área de 2805 m² no Pátio do Colégio e determinava que caberia à Cia de Jesus construir a Igreja e o Colégio “respeitando o quanto fosse possível, as construções primitivas que até 1667 existiram.” Conforme foi mencionado, as construções do Pátio do Colégio passaram por muitos reparos durante o período que estiveram sob os cuidados dos jesuítas. Eram frágeis.

No final do século XIX, após a demolição da igreja jesuíta, a 3ª, o Pátio sofreu grande intervenção para receber as magníficas construções, feitas com tijolos e tecnologia avançada para a época. Ramos de Azevedo formou-se na Bélgica e trouxe modernidade europeia a São Paulo.

Coube à empresa Cardim & Cardim Ltda., do engenheiro-arquiteto, que saíra do funcionalismo municipal, Carlos Alberto Gomes Cardim Filho e Luciano Gomes Cardim, engenheiro, filho de Carlos Alberto, a responsabilidade de realizar a obra de reconstrução. Nada restara do passado que pudesse ser restaurado.

Criterioso, Carlos Alberto estudou toda documentação iconográfica e descritiva existente sobre o Colégio e a Igreja do Pátio do Colégio.

De 1957 a 1970 foi construído o edifício do Colégio Jesuíta.

O artigo 2º da LEI MUNICIPAL Nº 2658 de 21 de janeiro de 1954 determinava que a obra deveria respeitar “tanto quanto possível os limites das fundações iniciais e reproduzir em um perfeito renascimento da fundação da cidade de São Paulo”

Embora desde 1897, ao menos, ninguém tivesse se ocupado em manter os edifícios do Pátio do Colégio, pois o colégio e a igreja ruíram por falta de manutenção adequada, quando os preparativos para a construção, nos anos quarenta do século XX tiveram início, as críticas negativas surgiram. Eram decorridos quase sessenta anos desde a demolição da 3ª igreja, (1897-1954) que resistira durante 230 anos (1667-1897).

O colégio reconstruído foi entregue à cidade de São Paulo em 1974 e foi nominado como a CASA DE ANCHIETA.

Nos anos 70, do século XX, as obras do Metrô, no centro da cidade de São Paulo, interromperam os trabalhos no Pátio do Colégio.

Quando em 1975 foram retomadas as obras que deveriam erguer a nova igreja, os Gomes Cardim não quiseram continuá-las e ficaram apenas para dar assistência à construtora Adolfo Lindemberg. Nesse mesmo ano, o Conselho de Defesa do Patrim nio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT) determinou a suspensão da obra que se situava em um espaço tombado por aquele Conselho. Baseado na LEI MUNICIPAL N  7356, de 19 de janeiro de 1969, que determinara a concessão de terras aos jesuítas para que nelas fosse erguida a nova igreja e que previa estudos topográficos e arqueol gi – cos para averigua o da existência possível de restos das constru es jesuíticas e do tempo vivido por aqueles religiosos, naquele espaço territorial tombado.

Por que não fizeram isso antes de 1954?

Em resposta   determina o do CONDEPHAAT, a Cia. de Jesus retrucou que houvera muito tempo, anterior a 1975, para que tais investiga es tivessem sido feitas e que, do século XVII ao final do século XIX, muitas interven es haviam sido feitas naquele espaço, no qual aconteceram demoli es, constru es e reformas que agrediram o solo e sub-solo do Pátio. Por que antes das grandes obras de Ramos de Azevedo ninguém questionou nada?

Diante do impasse criado por idéias contrárias, o Executivo Municipal analisou os argumentos apresentados, deu ganho de causa aos jesuítas e as obras foram autorizadas. Novas críticas pesadas saíram do Conselho de Defesa do Patrim nio Histórico que realmente tinha aquele direito, mas que se apresentara tardiamente.

O Brasil estava em plena ditadura militar e os cr terios acusaram autoritarismo na decisão “... uma mentalidade ufanista, e conservadora prevalecente na autoritária década de 1970... que enfatizou que a constru o da memória se faz a partir do presente”. (in Maria Aparecida Lomonaco, “Os nascimentos de São Paulo”).

Os integrantes do CONDEPHAAT, Benedito Lima de Toledo e Ulpiano Bezerra de Menezes afirmaram que “... nenhuma réplica, cópia ou simula o pode superpor-se ao documento original ou roubar-lhe o valor próprio”. Não foi a esse tipo de projeto que a empresa Gomes Cardim se dedicou; ela foi ao estudo dos documentos iconográficos e descritivos existentes e respeitou os modelos que lhe foram apresentados. Quem conhece a história da família do Maestro Gomes Cardim sabe o quanto seus membros, por gera es seguidas, se empenharam em trazer benefícios culturais a São Paulo que tanto amaram.

Faltava a construção da 4ª igreja, agora não mais jesuíta, a não ser pela posse, mas com o projeto de construção do arquiteto Jorge Wilhelm e a responsabilidade da Empresa Municipal de Urbanismo, a EMURB.

A pedra fundamental da igreja fora lançada em 09 de julho de 1970. Aguardava a construção e esta teve início em 1975 e foi concluída em 1977. A igreja foi construída com estrutura de concreto. O CONDE -PHAAT acusa o projeto de ter destruído a possibilidade de preservação do sítio original.

Por que o governo não atendeu ao CONDEPHAAT?

Entre 1977 e 1978 a EMURB cuidou da reurbanização do Pátio do Colégio. Foram desocupadas as habitações e o comércio situados no Pátio.

De 1957 a 1977 o novo Pátio do Colégio ganhou o aspecto que temos dele no século XXI; em 1979, ele foi inaugurado, no governo de Olavo Setúbal.

Até 1950, não havia ainda se consolidada a consciência cívica e cultural e os bens culturais urbanos não eram alvo do respeito que lentamente vem se solidificando no país. Talvez esse desconhecimento suavize as críticas ao que aconteceu nesse passado recente. Em 1927, Prestes Maia, que tanto criticou as obras do Pátio do Colégio, promoveu uma grande derrubada em São Paulo; ele pretendia dar a cidade ares europeus. Infelizmente, nosso país supunha que era preciso destruir o passado para progredirmos. Era uma seqüela compreensível em uma antiga colônia, mas essa seqüela tinha de ser superada ainda que com dificuldade e imperfeição.

No século XXI, alguns educadores conscientes já levam seus alunos a uma visita cultural ao berço natalício de nossa grande São Paulo.

Existem obras destinadas a um público interessado: sejam para jovencinhos iniciantes de estudos sobre nossa cidade até para os grandes pesquisadores, passando por uma gama de diferentes graus de cultura e interesse.

Apesar das críticas e talvez de alguns desacertos, o século XXI pode encontrar, reconstruído e protegido, um Pátio histórico no qual, há 450 anos, os jesuítas, uma PAUPERCULA DOMO e os índios de Tibiriçá e Caubí deram o início; eles deram vida à nossa metrópole. São Paulo nasceu em torno de uma escola o que nos torna, como paulistas, responsáveis pela Educação como meta de progresso e Respeito ao nosso patrimônio, como sinal de consciência cívica.

Concluo este pequeno estudo agradecendo àqueles que enfrentaram tantos obstáculos e fundaram nossa cidade em 1554 e também àqueles que enfrentando críticas e obstáculos fizeram renascer o centro histórico onde nasceu São Paulo; estes trabalharam de 1940 a 1979 nas obras de reconstrução de um patrimônio que se desfizera e seria provavelmente esquecido se não tivesse sido reerguido, ainda que contrariando seus críticos.

Devemos cuidar, preservar aquilo que não queremos restaurar ou perder.

Ainda neste início do século XXI substanciais dificuldades serão enfrentadas quando ícones de nossa história necessitarem de manutenção para não desaparecer.

FONTES CONSULTADAS

1 AMARAL, Antonio Barreto do. *Dicionário de História de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

2 BRUNO, Ernane Silva. *Histórias e tradições da Cidade de São Paulo*. São Paulo: José Olympio – 1953 – vol. I, 33, 42, 102, 103, 126.

3 BUENO, Eduardo – (organizada). *Os nascimentos de São Paulo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

4 CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959 – coleção. Vol. I, 254 e seguintes.

5 CADERNOS DA CIDADE DE SÃO PAULO: PÁTIO DO COLÉGIO – Instituto Cultural Itaú, 1993 – 1ª edição.

6 CUNHA, Dilney. *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Santa Catarina: Letra d'água, 2003.
